

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.263 - SP (2019/0109727-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : FRANCISCA MAGALHAES DOS SANTOS
EMBARGANTE : ANTONIO BEZERRA DOS SANTOS
ADVOGADOS : RODRIGO DE LIMA SANTOS E OUTRO(S) - SP164275
RAFAEL TARIGE SABBAG - SP331572
EMBARGADO : SPE RESIDENCIAL PARQUE DOS IPES I EMPREENDIMENTOS
IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO : EDUARDO LEMOS PRADO DE CARVALHO - SP192989

DECISÃO

Tratam-se de embargos declaratórios opostos por FRANCISCA MAGALHÃES DOS SANTOS E OUTRO contra decisão (e-STJ, fls. 229/232), que deu parcial provimento ao recurso especial.

Em suas razões, a embargante afirma que houve omissão e contradição, pois os procedimentos previstos nos arts. 26 e 27 da Lei 9.514/97 prescindem do registro da alienação fiduciária na matrícula do imóvel, conforme art. 23 da mesma lei, sendo o registro requisito de validade da alienação fiduciária, o que não foi demonstrado pelos embargados nos autos, bem como que não ocorreu a constituição em mora dos embargantes, não havendo ainda prova do inadimplemento.

Foi apresentada impugnação às fls. 254/260.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Não há que se falar em omissão ou contradição no tocante a ausência de violação aos arts. 26 e 27 da Lei 9.514/97, pois a decisão embargada é clara ao dar provimento ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos à origem para aplicação da lei 9.514/97 à presente demanda, de modo que caberá a esta, diante do

contexto fático-probatório dos autos, verificar as circunstâncias alegadas pelas embargantes.

De ver-se, portanto, que os presentes embargos declaratórios revelam o nítido propósito da parte embargante em rediscutir temas que foram devidamente apreciados pela decisão embargada, o que é defeso através da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nos aclaratórios.

A propósito, traz-se a lume alguns arestos proferidos nesse sentido, os quais, embora prolatados sob a égide do vetusto CPC/1973, exprimem a firme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da inadmissibilidade dos embargos de declaração quando opostos fora das exíguas hipóteses legais de seu cabimento, *in verbis*:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO EM RECURSO NÃO CONHECIDO. SÚMULA 182/STJ. PRETENSÃO DE EXAME DE MATÉRIA DO FUNDO. CARÁTER INFRINGENTE MANIFESTAMENTE INFUNDADO. INTUITO PROTELATÓRIO. MULTA.

1. Hipótese em que o acórdão embargado concluiu pela não violação do art. 511 do CPC e pela ausência de previsão legal para que o valor das custas de preparo conste da publicação da sentença.

2. Os Embargos de Declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento, ausentes in casu.

3. O inconformismo dos embargantes busca emprestar efeitos infringentes, manifestando nítida pretensão de rediscutir o mérito do julgado, o que é incabível nesta via recursal.

4. A insurgência revela propósito manifestamente protelatório e utilização indevida dos aclaratórios, justificando a incidência da sanção prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.

5. Embargos de Declaração rejeitados, com fixação de multa de 1% sobre o valor da causa."

(EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 381.986/SP, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2014, DJe de 9/10/2014, sem negrito no original)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE DA PRETENSÃO. ANÁLISE DE QUESTÕES DE ORDEM CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.

1. Inexiste irregularidade a ser elucidada na via dos embargos de declaração se o acórdão embargado manifesta-se de modo claro e objetivo quanto à matéria submetida à apreciação da Corte.

Superior Tribunal de Justiça

2. O reexame de matéria já apreciada com a simples intenção de propiciar efeitos infringentes ao decisum impugnado é incompatível com a função integrativa dos embargos declaratórios.

3. Em sede de recurso especial, é inviável ao Superior Tribunal de Justiça analisar ou decidir questões de ordem constitucional.

4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no AgRg no Ag 1.035.101/MS, Quarta Turma, Relator o Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 28.10.2008, sem negrito no original)**

Diante do exposto, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator